

POLÍTICAS PÚBLICAS DESCENTRALIZADAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: um estudo de caso¹

Leonardo Augusto Garnica²
Fabio Lyrio Santos³

1 - INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas para o setor agrícola têm sido um importante instrumento para o desenvolvimento de regiões e países nas últimas décadas. Por meio delas, o Estado tem buscado reduzir abismos sociais pela distribuição indireta de renda. Não obstante, também têm sido largamente utilizadas como mecanismo de fomento ao desenvolvimento local e regional pela ação de políticas dirigidas a setores específicos da economia e, inclusive, a classes sociais próprias.

A agricultura familiar, em especial, é um setor econômico com enorme potencial de geração de emprego e renda para milhões de brasileiros. Sua relevância se deve, principalmente, ao volume de pessoal empregado nas atividades rurais produtivas e à possibilidade da permanência segura dessas pessoas no campo, diminuindo substancialmente o êxodo rural.

Por conseguinte, as políticas de desenvolvimento desse setor devem, obrigatoriamente, ser planejadas de forma descentralizada, principalmente sob a responsabilidade da esfera municipal. A razão disso é a maior capacidade dos governos locais de administrarem as demandas por serviços públicos, com maiores possibilidades de controle dessas políticas, bem como da percepção das principais carências das comunidades.

Atentando-se às ações desenvolvidas pelos diferentes níveis de governo em prol do estímulo à agricultura familiar, as seguintes indagações nortearam esta pesquisa: quais políticas

governamentais regionalizadas têm sido implementadas para o estímulo da agricultura familiar? Como essas iniciativas se operacionalizam e quais resultados efetivos elas têm alcançado?

Assim, este artigo relata os resultados de uma pesquisa realizada no município de Araquara, interior paulista, sobre as iniciativas e as políticas públicas do governo municipal para o desenvolvimento da agricultura familiar na região. Também foram consideradas na pesquisa as atividades administradas pelo poder municipal, ainda que os projetos tenham sido elaborados em esfera estadual ou federal.

Além desta seção introdutória, este artigo apresenta, na seção 2, uma discussão sobre o aspecto analítico-funcional do papel do Estado no setor agrícola, estabelecendo algumas relações entre desenvolvimento econômico, agricultura familiar e as políticas agrárias e agrícolas brasileiras. A seção 3 expõe os aspectos metodológicos da pesquisa. A seção 4 apresenta os resultados encontrados. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais da pesquisa e discute alguns aspectos operacionais do seu objeto de estudo, sua dinâmica e proposta inovadora, e algumas fragilidades observadas.

2 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR AGRÍCOLA

O tema das políticas públicas, nos países em desenvolvimento, está inserido em um contexto que associa a intervenção do Estado com um processo de crescente exclusão social. No Brasil, em função de sua grande diversidade geográfica e do distanciamento sócio-econômico e cultural de suas regiões, os debates em torno do assunto têm focado fortemente a questão da equidade e da descentralização das ações do Governo. A própria Constituição da República, promulgada em 1988, exige o compartilhamento

¹Os autores agradecem aos relatores as sugestões e contribuições dadas para o aprimoramento do artigo. Registrado no CCTC, IE-60/2006.

²Administrador Público, Agente de Inovação da Universidade de São Paulo (USP) (e-mail: gamica@dep.ufscar.br).

³Engenheiro Civil, Professor do Curso Técnico Agrícola da Escola Agrotécnica Federal de Colatina, Estado do Espírito Santo (e-mail: fabiolyrio@dep.ufscar.br).

da responsabilidade social da União com as unidades federativas (UFs), para que as situações e particularidades locais e regionais possam ser atendidas de forma diferenciada.

No campo da agropecuária, o perfil do setor produtivo revela, com exatidão, quão excludentes foram os impactos das políticas agrárias e agrícolas implementadas no País nas últimas décadas. Impotente diante de uma constância de ações que insistiram em privilegiar os macrosetores da economia e a produção em larga escala, o pequeno produtor foi obrigado a testemunhar a recente evolução tecnológica e produtiva da agricultura brasileira estando sempre à margem do processo, diante de um crescimento econômico centralizado.

Dessa forma, a intervenção do poder público no setor agrícola tem sido objeto de estudo de um incontável número de autores. Entre aqueles que defendem a necessidade da ação efetiva do Estado no setor (BUAINAIN, 1999; GUEDES PINTO, 1995; DURSTON, 1996; CARNEIRO, 1997; CASTILHOS, 2002), há duas vertentes principais em relação às razões que sustentam a ocorrência dessa intervenção estatal.

Uma delas se relaciona com o caráter estratégico do setor agrícola, e invoca questões ligadas à segurança alimentar. Atualmente, a preocupação com o abastecimento interno não está mais relacionada com o receio quanto à manutenção da soberania nacional, como esteve no passado, mas sim com a necessidade de melhoria na distribuição alimentar, tornando-a efetivamente eficiente, frente à necessidade de combate à fome, pobreza e miséria da população carente, além da diminuição dos elevados índices de desperdício verificados na produção, transporte, armazenamento e comercialização dos produtos agrícolas (KRUEGER; SCHIFF; VALDÉS, 1992; CARNEIRO, 1997).

A outra vertente diz respeito às características e especificidades do setor, como a dependência praticamente passiva da maioria dos produtores frente às incertezas da natureza, à sazonalidade da produção, à flutuação cíclica no preço final do produto e à baixa retenção da renda nos elos a montante das cadeias produtivas.

Essas duas vertentes, na verdade, integram e se complementam, de modo que os objetivos gerais das políticas agrícolas são sempre convergentes. Apesar de diferirem, naturalmente, de um país para outro, ou entre as diferentes etapas do desenvolvimento econômico, a formulação

das políticas públicas tem motivação e perspectivas comuns, estando seus resultados orientados a horizontes de curto, médio e longo prazo.

Segundo Buainain (1999), os objetivos de curto prazo estão associados a fatores econômicos e financeiros de interferência imediata, relacionados ao custeio, cujos impactos se verificam na estabilização dos preços dos alimentos, insumos e matérias-primas e na defesa e melhoria da renda agrícola. Os objetivos de médio prazo se relacionam com a comercialização dos produtos, seja na busca da racionalização dos canais de distribuição ou na proteção de determinados produtos e regiões. Já os objetivos de longo prazo estão relacionados ao investimento, ao desenvolvimento, ao caráter estrutural do setor agrícola e à melhoria na distribuição de renda, com ações de estímulo à produção e à produtividade e de redução da dependência externa.

A atuação histórica do poder público no fomento do desenvolvimento brasileiro tem demonstrado sérias deficiências da atuação do Estado na promoção do crescimento econômico do setor agrícola. Especialmente no que se refere à participação dos pequenos produtores nesse processo.

Durante décadas, as inúmeras políticas e programas voltados para o setor acumularam insucessos e deixaram seqüelas graves, que hoje se mostram na própria estruturação e organização produtiva do setor, como a maciça concentração fundiária, elevada valorização da terra como ativo, marginalização e agravamento da situação social, distribuição alimentar desigual, formação de uma categoria patronal economicamente forte em detrimento do setor produtivo familiar, além de problemas ambientais irreversíveis (GUEDES PINTO, 1995; BUAINAIN, 1999; PESSANHA, 2002).

Ortega (1996) argumenta que o surgimento e a sobrevivência desse tipo de problema deve-se à insistência de formulações de políticas públicas centradas em aspectos macroeconômicos, naturalmente desvalorizadores dos aspectos setoriais e regionais.

O início do processo de atenção específica à produção rural familiar no País ocorreu somente nos anos 90s, com a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), resultado da luta de milhares de trabalhadores rurais por uma política pública justa e diferenciada para a agricul-

tura familiar (BANCO DO BRASIL, 2004; BUAINAIN, 1999).

É indiscutível a enorme dívida econômica e social que o Estado acumulou com a agricultura familiar brasileira. Ainda assim, o setor tem sobrevivido a sucessivas crises econômicas e políticas e à competição em condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade, setores notadamente privilegiados. Nesse sentido, os programas de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar representam um considerável avanço em relação às políticas anteriores e têm sobressaltada importância tanto econômica como social (CARNEIRO, 1997; ABRAMOVAY et al., 1998).

3 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa buscou identificar as iniciativas governamentais pró-agricultura familiar efetivamente em operação em uma determinada localidade. Foi escolhido intencionalmente o município de Araraquara, localizado a cerca de 275km da capital paulista, com população aproximada de pouco mais de 180 mil habitantes (IBGE, 2000). A escolha justifica-se por esta região possuir intensa atividade agrícola e pelo acesso dado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Araraquara (SDEA) aos pesquisadores⁴, quanto à coleta de dados dos projetos implementados pela mesma, que se tornou ponto de partida para a pesquisa.

De natureza exploratória e com características descritivas, a pesquisa buscou apontar aspectos relevantes de sucesso e dificuldades encontradas nas iniciativas empreendidas, sob abordagem qualitativa. O método de pesquisa foi o estudo de caso, conveniente para descrever ou tratar um tema em seu contexto próprio, além de permitir relacionar vários aspectos de um mesmo fenômeno (YIN, 2001).

Como técnica de coleta de dados, a pesquisa baseou-se na análise dos projetos existentes na SDEA, em dados secundários que foram coletados diretamente neste órgão, além

⁴À época de desenvolvimento deste trabalho, o primeiro autor realizou estágio de pesquisa na Coordenadoria de Agroindústria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Araraquara, e agradece as contribuições dos entrevistados e demais funcionários para a realização da pesquisa.

das bases de dados *online* do Governo Federal e municipal que estavam disponíveis.

Ainda, foram entrevistados agentes-chave do processo de implementação dos projetos, como o coordenador geral da área de agroindústria da SDEA e o coordenador de cada projeto, além de observação participante pela qual foram obtidas informações junto a mais dois funcionários da SDEA. Segundo Triviños (1992), a entrevista e o diálogo direto com pessoal inserido no contexto organizacional proporcionam uma maior espontaneidade ao entrevistado e valoriza a presença do pesquisador.

Os dados primários obtidos foram confrontados entre si com o objetivo de validar a visão dos gestores entrevistados e dos dados constantes nos arquivos de execução do projeto. Adicionalmente, esses dados foram confrontados com os dados secundários a fim de possibilitar a maior consistência do conjunto das informações obtidas.

4 - APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO

A SDEA foi criada com a finalidade de organizar as ações do governo local em três áreas principais, segmentadas pela Coordenadoria Agroindustrial, pela Coordenadoria de Turismo, Comércio e Prestação de Serviços e pela Coordenadoria de Novas Tecnologias.

Em seus objetivos incluem-se: a) a formulação de uma política municipal de desenvolvimento econômico e tecnológico; b) a elaboração de planos, programas e projetos para o desenvolvimento econômico e tecnológico; c) o estabelecimento de diretrizes e propostas para uma política industrial, comercial e de prestação de serviços, bem como de empresas de alta tecnologia; e d) a formulação de alternativas econômicas sustentáveis que visem minimizar os impactos sociais.

De especial interesse para esta pesquisa, a Coordenadoria Agroindustrial é a responsável pelos projetos e trabalhos voltados para a questão da agricultura familiar. Além disso, desempenha ações junto às organizações sociais que visam o atendimento das necessidades dos pequenos produtores rurais.

Vinculado a essa Coordenadoria está o Programa de Segurança Alimentar, que objetiva

assegurar o acesso a alimentos de qualidade pela população, por meio de ações sociais em parceria com organizações não-governamentais, instituições de ensino, iniciativa privada e comunidades locais. Nesse contexto, destacam-se duas ações específicas, que serão apresentadas de forma mais detalhada nas seções seguintes e que constituíram o foco da pesquisa.

4.1 - Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) integra um plano de aquisição e distribuição da produção familiar do Governo Federal, cuja idéia é implantar programas complementares de segurança alimentar por meio da aquisição, pelas prefeituras municipais, de alimentos produzidos por agricultores familiares, sendo, então, distribuídos para entidades assistenciais e escolas da rede pública.

A criação do programa faz parte da proposta do Governo Federal do Programa Fome Zero. Este programa, mais amplo, prevê um conjunto de ações integradas que criam condições para implementação de uma política permanente e eficaz de segurança alimentar e nutricional no País. Daí, entre os caminhos propostos, está a articulação de políticas e programas dos governos federais, estaduais e municipais e as ações da sociedade civil ligadas à produção alimentar e nutricional.

Nesse sentido, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através do artigo 19 da Lei n.10.696, de 2 de julho de 2003, que tem a finalidade de incentivar a agricultura familiar compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para cidadãos em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (BRASIL, 2003).

Os principais objetivos do PAA são: fortalecer a agricultura familiar e a geração de trabalho e renda no campo; estabelecer preços regionais visando garantir a remuneração justa da produção; promover o desenvolvimento local; e promover o consumo dos produtos agrícolas na própria região produtora.

Por outro lado, esse programa também buscou melhores condições de alimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Assim, constitui-se num instrumento que beneficia o pequeno produtor e o consumidor, associando a

política de segurança alimentar à melhoria dos programas sociais, como também o desenvolvimento da agricultura familiar e da economia local.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estabeleceu, através de um manual, uma série de regras para normatizar e orientar a execução do programa, dos quais cumpre parte essencial destacar as características requeridas dos fornecedores de produtos, ou seja, os agricultores familiares. O quadro 1 sintetiza as principais diretrizes do programa.

O PAA constitui, portanto, numa parceria entre o Governo Federal e o Municipal, cabendo à prefeitura a gestão do programa e a disponibilização dos recursos humanos e físicos. O desenvolvimento do PAA se dá a exemplo do funcionamento de etapas de uma empresa, em que é preciso comprar, conferir, pesar, emitir notas, prestar contas e distribuir, além de solucionar problemas decorrentes dessas ações. A União disponibiliza recursos para compra de alimentos no limite de R\$600 mil anuais para que o município, no caso Araraquara, utilize dentro deste prazo. A tabela 1 apresenta os dados referentes à compra direta no PAA em 2004, geridos pela SDEA da Prefeitura Município de Araraquara.

Pelo lado da política pública de segurança alimentar, segundo a SDEA, em 2004, foram assistidas 41 entidades, envolvendo um total de 17.369 pessoas beneficiadas.

4.2 - Projeto Direto do Campo

O Projeto Direto do Campo (PDC) é de iniciativa do governo municipal, nasceu dentro da própria SDEA e foi criado pela Lei Municipal n.5.908 de setembro de 2002, que regulamenta a sua operacionalização e os seus recursos (ARARAQUARA, 2002).

A idéia básica da criação do PDC partiu da importância e da necessidade da comercialização de produtos agropecuários, oriundos de produção familiar, por meio da realização de feiras. Dentro da perspectiva do projeto, há uma interação entre as famílias de produtores rurais da região e a prefeitura municipal.

O objetivo maior é o fortalecimento da atividade agrícola familiar. Para isso, o PDC pretende: a) facilitar o escoamento da produção agrícola familiar; b) estimular a diversificação da

Quadro 1 - Principais Diretrizes do Programa de Aquisição de Alimentos - Governo Federal

Beneficiários	Agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
Limite de fornecimento	O produtor poderá fornecer até R\$ 2.500,00 por ano
Preços	A formação dos preços deve se dar em nível dos preços praticados no comércio da região. Dispensa-se licitação.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Araraquara.

TABELA 1 - Dados da Compra Direta do Programa de Aquisição de Alimentos em Araraquara, Estado de São Paulo, 2004

Produtores fornecedores (n.)	96
Fornecimento médio anual (R\$)	1.677,00
Limite para fornecimento por produtor (R\$)	2.500,00
Produtos fornecidos	Hortifrutí
Volume total de produtos adquiridos (kg)	154.679,02

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Araraquara.

produção agrícola municipal; c) promover a sustentabilidade econômica e social da agricultura familiar, criando novos empregos rurais; d) incentivar o trabalho e a organização associativa; e e) beneficiar os consumidores no acesso ao produto agrícola sem intermediários, sendo instrumento da política de abastecimento e segurança alimentar.

As ações-chave do projeto ficam a cargo da prefeitura municipal, que disponibiliza o transporte (motoristas, caminhões, carros) para buscar os produtores e os produtos no campo e levá-los até o local da feira, na cidade. As barracas, pontos de vendas, também são fornecidas pela prefeitura. Os produtores, apoiados por essa infra-estrutura, oferecem aos consumidores produtos agrícolas por eles cultivados, doces e pães caseiros a preços geralmente inferiores aos praticados nos mercados de varejo, já que não há ação de atravessadores.

O PDC se expressa por meio da realização de duas feiras: a Feira da Agricultura Familiar - ou Feira do Produtor, realizada em ruas estratégicas nos bairros e no centro da cidade, e a Feira do Terminal de Integração, um local público de grande movimentação diária.

Atualmente constituída por 40 pontos de comercialização (barracas), a Feira da Agricultura Familiar envolve, de forma direta, aproximadamente 50 famílias de produtores. Esta feira realiza-se aos sábados na região central da cidade e movimenta cerca de R\$2.500,00 por semana.

A Feira do Terminal de Integração é constituída por dois pontos de comercialização,

com quatro bancas cada um, que funcionam diariamente no terminal de integração de ônibus urbano. Os produtos são vendidos já embalados, o que agiliza a negociação para o consumidor. Seis famílias de produtores estão envolvidas no empreendimento, em revezamento, movimentando cerca de R\$500,00 diariamente.

Os dados da tabela 2, calculados com valores aproximados, demonstram os principais números do projeto e o desempenho aproximado na renda auferida pelos participantes.

Cumprir destacar alguns aspectos dinâmicos e de caráter pioneiro observados nessas ações do município de Araraquara, bem como alguns desafios percebidos para o aprimoramento de sua execução.

No caso do PAA, notou-se um aspecto multi-setorial, visto o envolvimento de diversos ministérios em uma ação ampla na busca da criação e manutenção de renda e emprego no campo. A distribuição do alimento tem tornado possível a complementaridade com a política de segurança alimentar. Já com o PDC, pioneiro na região, o poder público municipal passou a assumir uma postura ativa de ações frente aos desafios de aproximar da demanda a oferta de produtos agrícolas e caseiros. Ao consumidor foi possível o acesso a produtos frescos, de qualidade diferenciada e alguns até específicos, não encontrados no mercado de varejo.

O papel assumido pela prefeitura de Araraquara, ao facilitar a comercialização dos agricultores familiares por meio da criação das feiras e da infra-estrutura fornecida, resultou em

TABELA 2 - Dados do Projeto Direto do Campo em Araraquara, Estado de São Paulo, Junho a Outubro de 2004

Famílias envolvidas (n.)	50
Produtos comercializados	Hortifrutidos/doces/pães
Quantidade de feiras semanais (n.)	5
Participação semanal média de cada família nas feiras (n.)	2
Renda média mensal bruta auferida por família (R\$)	625,00

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Araraquara.

maior renda para mais de 50 famílias produtoras e na oferta de produtos de qualidade a preços reduzidos aos consumidores de baixa renda, fomentando o desenvolvimento rural na região e a melhoria de renda no início da cadeia produtiva.

Além disso, uma grande quantidade de fornecedores de uma variedade de hortaliças, por meio do PDC, tem garantido a participação do município no PAA, o que demonstrou interação entre as políticas de fomento à agricultura familiar na região.

A partir dos dados coletados e das entrevistas realizadas, percebeu-se que uma das principais dificuldades encontradas está na execução e controle desses projetos. Não existia, até a ocasião da pesquisa, um gestor exclusivo para eles e, segundo os coordenadores, sua complexidade demanda um profissional especializado inclusive para administrá-los contabilmente e avaliar de forma mais efetiva o andamento das ações empreendidas.

Notou-se, também, a existência de uma fragilidade no controle das informações advindas dos produtores do PDC, especialmente quanto à renda auferida. Em razão da motivação para obter crédito no comércio, observou-se que alguns deles tendem a superestimar os dados de produção e faturamento, requerendo uma atenção especial quanto à avaliação desse tipo de informação no caso estudado.

5 - CONCLUSÕES

Esta pesquisa procurou identificar a existência de iniciativas governamentais pró-agricultura familiar aplicadas sob contexto regional, a forma como elas têm sido implementadas e os resultados obtidos. Tomando como estudo de caso o município de Araraquara, verificou-se que a atuação do poder público local se dá em duas linhas de ações que visam estimular este setor econômico na região.

O PAA, de iniciativa do Governo Federal, demonstrou interconectividade de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento regional da agricultura familiar e de segurança alimentar, sendo que o enriquecimento da política de segurança alimentar decorreu do estímulo à agricultura familiar. Antes do investimento feito nesse setor não havia atividades de distribuição de alimentos sob as condições encontradas. O contraponto entre o objetivo do programa e os dados obtidos evidenciou caráter extremamente dinâmico na formulação da política, típico de uma política pública dirigida. Entretanto, destaca-se que o sucesso alcançado no PAA não foi mera coincidência, mas resultou de um investimento que já estava sendo feito por meio do PDC, marcando, dessa maneira, a interação de um projeto local com um programa nacional descentralizado.

Adicionalmente, deve ser destacado o pioneirismo da iniciativa local com o PDC, que adotou uma perspectiva de trabalho junto aos canais de distribuição, buscando e estabelecendo um comércio direto de produtos agropecuários e caseiros com os consumidores. A manutenção da renda de pelo menos cinco dezenas de famílias, por meio das feiras viabilizadas com suporte da prefeitura municipal, revelou a importância da articulação infra-estrutural do governo local com a comercialização de produtos dos pequenos produtores, atuando, dessa forma, sobre duas sérias dificuldades do setor: o acesso a mercados e o escoamento da produção.

Considerando o caso pesquisado, conclui-se que as iniciativas governamentais pró-agricultura familiar implementadas, por meio desses projetos, têm gerado resultados significativos, ainda que não identificados totalmente em toda sua magnitude por esta pesquisa, quanto à manutenção de emprego e renda. A maneira pela qual são executados demonstrou estreita interação entre as ações do Governo Federal e Municipal. Embora não se possa afirmar, aparentemente a existência do PDC é que forneceu as

bases para contemplação do município no projeto PAA do Governo Federal que, por sua vez, possibilitou a aplicação de recursos adicionais a serem investidos no setor.

Porém, fica clara a percepção de que é preciso criar melhores mecanismos de avaliação e controle para essas iniciativas, possibilitando a melhoria contínua dos instrumentos de ação social e a auditoria pelo próprio cidadão quanto às atividades realizadas. Como exposto por Beloni; Magalhães; Souza (2001), as políticas públicas carecem de indicadores de desempenho mais criteriosos que apontem resultados mais objetivos dos impactos provocados por esses projetos na localidade de sua execução e em dados agregados no contexto macroeconômico brasileiro.

As limitações da pesquisa referem-se a dois aspectos fundamentais. O primeiro deve-se

ao método, que não permite que sejam feitas generalizações com os resultados observados. Até porque este não foi o objetivo imediato da pesquisa. O que se fez foi relatar um caso passível de exploração acerca das iniciativas governamentais locais pró-agricultura familiar. O segundo aspecto refere-se às dificuldades na coleta de dados, pois não estavam devidamente organizados e disponíveis na instituição fonte.

Por fim, propõe-se que se realize uma pesquisa mais apurada sobre o tema, buscando identificar objetivamente dados de investimento das três esferas de governo e, em especial, no âmbito municipal. A avaliação de desempenho das políticas públicas implementadas contribui para o aperfeiçoamento dessas iniciativas e possíveis proposições de caminhos cada vez mais adequados na busca dos objetivos propostos.

LITERATURA CITADA

ABRAMOVAY, R. (Coord.) et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios de novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco/Fao/Incrá/Epagri, 1998. 101 p.

ARARAQUARA. **Lei Ordinária n. 5.908, de 26 de setembro de 2002. Cria e regulamenta as atividades do projeto de comercialização direta da produção da agricultura familiar "Direto do Campo" e dá outras providências**. *Secretaria Municipal de Governo*. Arquivada em livro próprio n.01/2002, Araraquara-SP, 26 set. 2002.

BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 13, n. 4, p. 10-17, 2004.

BELONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUZA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 96 p.

BRASIL. Lei Ordinária n. 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Poder Executivo, Brasília, 3 jul. 2003. Seção 1.

BUAINAIN, A. M. **Trajatória recente da política agrícola brasileira**. 1999. 326 p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CASTILHOS, D. S. B. de. **Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DURSTON, J. Comparative international analysis of rural youth policy in developing countries: coping with diversity and change. In: _____; COOK, J. F. (Eds.). **Expert consultation on extension rural youth programmes and sustainable development**. Rome-IT: FAO, 1996. p. 45-63.

GUEDES PINTO, L. C. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período de 1964-1994. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 65-92, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

KRUEGER, A.; SCHIFF, M.; VALDÉS, A. **The political economy of agricultural pricing policy**. Baltimore-US: The Johns Hopkins University Press, 1992. 158 p. (A World Bank comparative study, v.5).

ORTEGA, E. La ruralidad y el futuro de los jóvenes rurales en Chile. In: CEPAL. Juventud rural: modernidad y democracia en América Latina. Santiago-CL: CEPAL, 1996. p. 241-247.

PESSANHA, L. D. R. **A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento**. Rio de Janeiro: ENCE/DEP/IBGE, 2002. 67 p. (Textos para discussão, n.5).

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992. 175 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DESCENTRALIZADAS PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR:
um estudo de caso**

RESUMO: O objetivo da pesquisa foi verificar como são implementadas iniciativas governamentais pró-agricultura familiar aplicadas sob contexto regional e quais os resultados dessas ações. Foram estudados dois projetos no município de Araraquara, Estado de São Paulo: um do Governo Federal, o Programa de Aquisição de Alimentos, e outro do governo municipal, o Projeto Direto do Campo. Ambos contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar na região e apresentam aspectos dinâmicos e inovadores. No primeiro, de caráter multisetorial, o investimento feito nos produtores reverte-se em ações assistenciais. O segundo centra-se na eliminação de intermediários na comercialização dos produtos agrícolas e caseiros.

Palavras-chave: políticas públicas, agricultura familiar, desenvolvimento regional, Araraquara.

**DECENTRALIZED PUBLIC POLICIES FOR REGIONAL DEVELOPMENT
OF FAMILY AGRICULTURE: a case study**

ABSTRACT: The aim of this research was to verify how pro-family agricultural government programs applied within a regional context are developed and their results. Two projects were studied in the municipality of Araraquara, Sao Paulo state: a Federal Government project, the Food Acquisition Program, and a Municipal Government project, called "Straight from the Field". Results evidence that both projects not only contribute to the development of regional family agriculture, but also reveal dynamic and innovative aspects. In the first one, which has multi-sectoral features, the investment made in the producers translates into social actions. The second program focuses on direct sales of agricultural and homemade products.

Key-words: public politics, family agriculture, regional development, Araraquara.

Recebido em 17/04/06. Liberado para publicação em 29/09/06.